

Plano de Intervenção no Espaço Rústico do Núcleo de Pedreiras das Pedras Finas Ponte de Lima

**Programa de Execução das Acções Previstas, Plano de Financiamento
e fundamentação da sua Sustentabilidade Económica e Financeira**

Ponte de Lima

2018

Índice

1. Introdução	4
2. Vetores estratégicos do Plano.....	6
3. Identificação e programação das ações estratégicas	9
3.1 Identificação das ações estratégicas	9
3.2 Objetivos específicos	10
3.2.1 Ação 1	10
3.2.2 Ação 2	10
3.2.3 Ação 3	11
3.2.4 Ação 4	11
3.2.5 Ação 5	11
3.3 Linhas programáticas a atender na implementação das ações.....	12
3.3.1 Ação 1	12
3.3.2 Ação 2	12
3.3.3 Ação 3	13
3.3.4 Ação 4	14
3.3.5 Ação 5	15
4. Faseamento da execução das obras e estimativa de custos	19
5. Meios, responsabilidades e demais agentes a envolver	21
6. Programação financeira	22
 Anexos	 25

Índice de quadros

Quadro n.º 1 - Indicadores a considerar na monitorização	17
Quadro n.º 2 - Cronograma de faseamento das ações do Plano	19
Quadro n.º 3 - Estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas no plano.....	20
Quadro n.º 4 - Ações e entidades a envolver na implementação das ações	21
Quadro n.º 5 - Origem do financiamento para a na execução das ações	23
Quadro n.º 6 - Programação Financeira	24

1. Introdução

O presente relatório constitui um documento de acompanhamento do Plano de Pormenor (PP) do Núcleo de Pedreiras das Pedras Finas, o qual se encontra integrado na sua totalidade em solo rural, assumindo por isso a modalidade específica de Plano de Intervenção no Espaço Rústico (PIER), nos termos da alínea c) do artigo 103º e 104º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, do D.L. n.º 80/2015 de 14 de Maio (designado seguidamente de forma abreviada por PIER-NPPF, ou simplesmente Plano).

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo Artigo 101.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio: “O Plano de Pormenor desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral”.

No seu conteúdo documental, o Plano de Pormenor na modalidade de PIER deve ser acompanhado pelo Programa de Execução das ações previstas e Plano de Financiamento, incluindo a fundamentação da sua sustentabilidade económica e financeira, dando resposta ao disposto no n.º 4 do artigo 146.º do DL 80/2015, de 14 de maio. É, como tal, indispensável identificar as intervenções de iniciativa ou responsabilidade da administração pública (municipal), necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Plano e demonstrar a forma como se executarão, tanto no âmbito territorial como no financeiro, o que constitui o objetivo deste relatório.

Este documento encontra-se estruturado de acordo com os seguintes tópicos:

1. Vetores estratégicos do PIER, o qual sintetiza as principais linhas estratégicas em que assentam as opções assumidas no Plano.
2. Identificação e programação das ações estratégicas, no qual se procura apresentar as intervenções de iniciativa e responsabilidade da Câmara Municipal de Ponte de Lima a implementar na área e que foram consideradas estratégicas e determinantes e de acordo com os vetores estratégicos assumidos no desenvolvimento deste Plano. Para aquelas ações são ainda explicitados os objetivos específicos e as linhas programáticas a atender na sua execução.

3. Faseamento da execução das ações, no qual se efetua a descrição e estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas no plano, define as prioridades e os respetivos prazos de execução;
4. Meios, responsabilidades e demais agentes a envolver, no qual se definem quer os meios, quer os sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução e dos demais agentes a envolver na implementação das ações;
5. Programação financeira, o qual se refere à sustentabilidade económico-financeira das respetivas propostas, estabelecendo-se o cronograma dos investimentos a médio e longo prazo, assim como se ponderam as soluções em matérias de financiamento.

Com vista a responder a recomendação do ICNF, foi ainda integrada em anexo (anexo 2) uma síntese das consequências da aplicação dos seguintes diplomas legais, nas parcelas afetadas às atividades extrativas, designadamente no que se refere à aplicação do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redação atual - Medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios; Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual - povoamentos florestais percorridos por incêndios; Decretos de 24 de dezembro de 1901, de 24 de dezembro de 1903 e de 11 de julho de 1905 - Regime Florestal (RF) e Decreto n.º 39764, de 16 de agosto de 1954 (D.G. n.º 179, I série, de 07 de março) - Perímetro Florestal (PF) da Serra de Arga e, por último, a Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto - regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários.

2. Vetores estratégicos do Plano

Os estudos de caracterização efetuados sublinham a aptidão da área para a exploração de recursos geológicos e ainda a importância das atividades extrativas na criação de riqueza e de emprego no município de Ponte de Lima, assim como da região. Todavia, o seu desenvolvimento, nos moldes atuais, revela-se pouco sustentável, sendo a principal causa da situação de degradação ambiental que caracteriza a área do Plano. A forma como na atualidade a atividade é conduzida consubstancia um quadro impróprio para a promoção do granito das Pedras Finas, pressuposto que só é, objetivamente, compatível com um correto ordenamento do território e o cumprimento das disposições contidas nos normativos aplicáveis. Apostar num melhor ordenamento e gestão ambiental é impreterível não só, como referido, para sustentar a continuada degradação da área, mas também para consolidar a estratégia do Município para este sector, que tem vindo ser materializada designadamente com a construção do Pólo Industrial, com o processo em curso de certificação do Granito da região, entre outros esforços incrementados ao nível da valorização dos recursos, marketing e design de novos produtos.

Identificam-se quatro vetores estratégicos de ação, que se passam a explicar sumariamente:

1. Reforço da competitividade do sector extrativo

As medidas preconizadas no âmbito deste vetor estratégico procuram reforçar a competitividade do sector extrativo no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Para tal, o PIER-NPPF estabelece um conjunto de normas e propõe ações concretas que visam orientar os Empresários para a utilização eficiente e racional dos recursos em harmonia com o interesse público do melhor aproveitamento desses bens. O Plano preconiza ainda o cumprimento das medidas de proteção ambiental e de recuperação paisagística e, igualmente, a adequada aplicação das técnicas e normas de higiene, saúde e segurança no trabalho. Todos os aspetos referidos proporcionam vantagens competitivas às empresas do setor, num mercado que tende a ser progressivamente mais exigente em matéria de responsabilidade ambiental e social.

2. Ordenamento do território e melhoria das condições de desempenho funcional

A estratégia delineada para responder aos problemas de ordenamento do núcleo de pedreiras foca-se na correta definição dos usos e zonamento, assim como determinação de normas concretas de transformação, assegurando a compatibilização da atividade extrativa com os Instrumentos de Gestão Territorial e Servidões e Restrições de Utilidade Pública aplicáveis. O Plano estabelece a base para o desenvolvimento dos Planos de Pedreira que serão desenvolvidos (ou adaptados, se já

existirem trabalhos em curso). O PIER-NPPF propõe ações concretas para a beneficiação das condições de acessibilidade e circulação na área de intervenção.

3. Proteção ambiental e valorização paisagística

A estratégia assenta na progressiva recuperação ambiental e paisagística da área, impondo a lavra e recuperação por fases. É objetivamente definido o uso futuro da área – florestal – que persegue a reposição da ocupação anterior à atividade extrativa. Aquele uso será concretizado à medida que forem cessando as frentes de lavra e concluído com a desativação das pedreiras. Integra ainda um conjunto de medidas que procuram conferir uma boa gestão e aproveitamento deste importante recurso geológico, numa perspetiva de obter a maior rentabilidade com o menor impacto ambiental possível.

4. Prevenção e minimização de riscos

Visa a implementação de um conjunto de medidas com o objetivo de prevenir e minimizar os principais riscos naturais e tecnológicos, em particular os relacionados com doenças profissionais por exposição a poeiras e ruído, os riscos de incêndio, riscos de explosão e outros relacionados com queda de blocos, deslizamentos, entre outros, tão frequentes no desenvolvimento da atividade extrativa.

A partir do conjunto de vetores estratégicos enunciados, formularam-se os objetivos gerais e específicos que o Plano se propõe concretizar.

- a) A presente proposta do PIER-NPPF sustenta-se assim nos seguintes objetivos gerais:
- b) Garantir a exploração sustentável e eficiente dos recursos minerais presentes;
- c) Assegurar a recuperação paisagística global e uniforme da área afetada;
- d) Prevenir riscos e minimizar os impactos ambientais que decorrem da atividade extrativa;
- e) Proteger e valorizar os espaços florestais, favorecendo o seu potencial produtivo e de conservação dos valores ambientais e ecológicos;
- f) Fomentar uma atitude social e ambientalmente responsável no desenvolvimento da atividade extrativa.

Os objetivos específicos são:

- a) Disciplinar o uso, ocupação e transformação do solo na área de intervenção;
- b) Estabelecer diretrizes para mitigação de impactos ambientais e requalificação paisagística da área afetada pela atividade extrativa;
- c) Garantir a adequada gestão de resíduos inertes resultantes da atividade extrativa;

- d) Beneficiar os espaços florestais afetados pela atividade extrativa;
- e) Qualificar as redes internas de infraestruturas e melhorar a acessibilidade;
- f) Desenvolver um programa de execução que garanta o cumprimento de ações de qualificação territorial;
- g) Definir medidas de acompanhamento, monitorização e controlo de impactes no ambiente.

As intervenções previstas pelo Plano visam a materialização dos vetores estratégicos e correspondentes objetivos que concorrem para o modelo de desenvolvimento territorial preconizado.

No relatório de fundamentação do PIER é justificado e desenvolvido o modelo de ordenamento do território e a importância das ações previstas.

3. Identificação e programação das ações estratégicas

3.1 Identificação das ações estratégicas

As intervenções a implementar na área e que foram consideradas estratégicas com a implementação do PIER-NPPF são as seguintes:

- Ação 1 - Elaboração do projeto de beneficiação da rede viária interna e execução da respetiva obra;
- Ação 2 - Elaboração dos projetos de recuperação paisagística e execução da respetiva obra (áreas assinaladas na planta de implantação);
- Ação 3 - Elaboração do projeto da SUBUOPG e execução da respetiva obra;
- Ação 4 - Reflorestação de áreas percorridas por incêndios;
- Ação 5 - Acompanhamento e monitorização do PIER-NPPF de acordo com a Declaração Ambiental.

Assim, entre as ações propostas está a elaboração e projectos conducentes à efectivação das ações onde tal seja necessário e a realização das obras a partir dos projetos de execução referidos, assim como o acompanhamento ambiental que vier a ser definido na Declaração Ambiental (DA).

Para estas ações são explicitados de seguida os objetivos específicos e as linhas programáticas a atender na sua execução.

3.2 Objetivos específicos

3.2.1 Ação 1 - Elaboração do projeto de beneficiação da rede viária interna e execução da respetiva obra

O atual estado das vias internas é um dos maiores problemas que se regista no NPPF, sendo em certa medida um dos aspetos que contribui também para algumas das mais preocupantes disfunções ambientais registadas. Considerando a situação atual, o PIER-NPPF propõe a beneficiação das vias de circulação interna principais.

Os objetivos específicos desta ação são os seguintes:

- a) Melhorar a acessibilidade interna;
- b) Promover a segurança da circulação de veículos e peões;
- c) Diminuir a emissão de poeiras;
- d) Beneficiar as condições de drenagem da via e áreas adjacentes;
- e) Garantir a integração paisagística das vias.

3.2.2 Ação 2 - Elaboração dos projetos de recuperação paisagística de passivos ambientais e execução da respetiva obra

Tratam-se de duas áreas integradas na categoria de uso Espaços Florestais de Proteção que se encontram atualmente degradadas, em consequência de ações indevidas relacionadas com a atividade extrativa.

Os objetivos específicos da ação são:

- a) Restabelecer as condições naturais para o correto funcionamento do sistema de drenagem de águas superficiais;
- b) Criar condições de estabilidade do substrato físico e a minimização da erosão superficial;
- c) Garantir a reposição da camada de solo fértil;
- d) Assegurar a mais rápida reconstituição do coberto vegetal;
- e) Estabelecer continuidade física das áreas recuperadas com a envolvente florestal;
- f) Acautelar condições de segurança e riscos naturais e tecnológicos.

3.2.3 Ação 3 - Elaboração do projeto da SUBUOPG execução da respetiva obra

Trata-se de criar um marco físico e simbólico com os seguintes objetivos:

- a) Divulgar o legado cultural e a memória das atividades ligadas ao setor extrativo nesta região;
- b) Sensibilizar para a importância da exploração sustentável dos recursos geológicos, assim como para o correto restauro ecológico das áreas sujeitas à extração de inertes;
- c) Promover a imagem e valorização da cadeia de valor da fileira extrativa.

Esta ação será apenas implementada com a cessação da atividade extrativa (total ou parcial). Este *Memorial* complementarará outros projetos previstos para a zona envolvente, designadamente o “Parque Natural e Turístico da Pedra”, proposto no âmbito do Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas (aprovado e publicado em Diário da República em 2015).

3.2.4 Ação 4 - Reflorestação de áreas percorridas por incêndios

Esta ação irá desenvolver-se nas áreas identificadas no PMDFCI. Os objetivos da intervenção preconizada são os seguintes:

- a) Restabelecimento dos povoamentos florestais afetados por incêndios;
- b) Execução de ações de estabilização de emergência pós incêndio, visando a minimização de risco de erosão em áreas identificadas no PMDFCI.

3.2.5 Ação 5 - Acompanhamento e monitorização do PIER-NPPF

De acordo com o artigo 11.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, as entidades responsáveis pela elaboração dos Planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução. Para isso deverão verificar a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, com o objetivo de identificar, atempadamente, e corrigir os efeitos negativos imprevistos que possam surgir.

Os objetivos desta ação são os seguintes:

- a) Avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do PIER-NPPF;
- b) Identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos que possam surgir.
- c) Cumprir o estabelecido no artigo 11.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho e RJIGT em vigor.

Estas ações possuem um carácter estruturante face ao modelo de desenvolvimento preconizado com o PIER-NPPF, contribuindo para a concretização do modelo de ordenamento adotado.

3.3 Linhas programáticas a atender na implementação das ações

3.3.1 Ação 1 - Elaboração do projeto de beneficiação da rede viária interna e execução da respetiva obra

As linhas programáticas definidas para a intervenção são as seguintes:

- a) O traçado seja adaptado à topografia do terreno, não podendo implicar operações de aterro ou escavação de dimensão relevante;
 - b) As características geométricas das vias deverão ser compatíveis com a velocidade base de 40 km/h;
 - c) A largura máxima da plataforma, incluindo berma e drenagem seja de 6 m para a via interna principal;
 - d) Zonas de cruzamento espaçadas regularmente e em zonas de boa visibilidade;
 - e) O pavimento deve ser dimensionado para tráfego das classes T6 e T7;
 - f) Seja respeitada a drenagem natural do terreno;
 - g) A drenagem da plataforma deverá ser assegurada pelas inclinações transversal e longitudinal da via com escoamento das águas para os contornos, incluindo sistema de recolha dessas águas, e dispositivos de drenagem transversal e adjacente, designadamente passagens hidráulicas quando necessário;
 - h) Seja garantido o seu enquadramento ambiental e paisagístico;
 - i) As inclinações adotadas para os taludes de escavação deverão ser de 2:3 (V/H).
- 3.3.2 Ação 2: Elaboração dos projetos de recuperação paisagística de passivos ambientais e execução da respetiva obra.

3.3.2 Ação 2 - Elaboração dos projetos de recuperação paisagística de passivos ambientais e execução da respetiva obra

Tratando-se de uma operação de restauro ecológico dentro da zona do NPPF, determina-se que estes projetos prossigam as mesmas coordenadas definidas para a elaboração dos PARP.

Esta condição irá permitir um tratamento uniforme e combinado com a restante área, consolidando o propósito que está na base de elaboração deste Plano.

Assim, as linhas programáticas principais podem ser sistematizadas no seguinte:

- a) Colocação de uma camada de solo fértil, após a operação de modelação do terreno em toda a área;
- b) A cobertura dos solos tem de ser efetuada com recurso à aplicação de um revestimento herbáceo-arbustivo, por sementeira, constituído por uma mistura de sementes de espécies resistentes e adaptadas às condições edafoclimáticas, e que comprovadamente resultem em situações de revegetação natural de zonas com riscos de erosão;
- c) No revestimento vegetal importa integrar medidas de silvicultura preventiva, que ajudem a prevenir e combater os incêndios, a expansão de pragas e doenças e as invasões biológicas;
- d) As espécies arbóreas e arbustivas utilizar têm que ser selecionadas entre as que constam no Anexo II do presente regulamento;
- e) No momento em que as árvores são plantadas, o calibre mínimo das árvores é 10 cm, definido pelo perímetro à altura do peito (PAP) e a altura mínima dos arbustos é de 1,50 m;
- f) Os exemplares a plantar têm de apresentar um sistema radicular bem desenvolvido, bom estado sanitário e possuir um desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem;
- g) A plantação deverá ser efetuada, através de abertura mecânica ou manual, com covas de cujo volume mínimo é 1 m³;
- h) O enchimento das covas tem de ser efetuado com terra vegetal fértil;
- i) Deve ser assegurado no desenvolvimento do projeto e respetiva empreitada um período de garantia pós-obra, que imponha a retanção, sempre que se verifique a morte de exemplares plantados;
- j) A utilização de resíduos inertes que não sejam resíduos de extração para encher vazios de escavação só pode ter lugar se previsto no âmbito do Projeto de Execução, que terá de ser sempre aprovado pelas entidades competentes.

3.3.3 Ação 3 - Elaboração do projeto da SUBUOPG execução da respetiva obra

As linhas programáticas a atender na implementação desta ação são as seguintes:

- a) A construção de um espaço exterior constituindo um *Memorial*;
- b) Criação de percurso temático (tema relacionado com a herança histórica da área);
- c) Inclui a rede viária e os espaços de estacionamento e ainda a ligação aos sistemas de infraestruturas gerais.

O *Memorial* pode consubstanciar-se na criação de um espaço exterior que inclua um miradouro, ou algo que permita a usufruição das vistas sobre a área do NPPF e da paisagem envolvente.

Deve constituir-se como um espaço físico de referência e com forte carga simbólica.

3.3.4 Ação 4 - Reflorestação de áreas percorridas por incêndios

A intervenção nestas é justificada pela elevada suscetibilidade de erosão hídrica do solo presente, associada à elevada probabilidade de ocorrência de incêndios nesses locais. Uma das áreas identificadas como prioritárias neste âmbito é o “Monte de Antelas”, tal como referido no PMDFCI em vigor, que a designa por “*zona de estabilização de emergência*”.

Assim, importa garantir o aproveitamento do potencial produtivo com base nas normas e modelos de silvicultura por função – proteção, constantes no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho, que previlégiam para além da produção, ainda a proteção e recuperação do equilíbrio ecológico, a proteção da rede hidrográfica, o controlo da erosão hídrica e o incremento da pedogénese.

A operação de reflorestação deve prosseguir em linha com as orientações estratégicas definidas pela entidade competente na matéria, tal como previsto na alínea a) do n.º 8 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 17/2004 e, cumulativamente, com o previsto no regulamento do PIER, no que se refere em particular, passa-se a citar:

- a) As áreas percorridas pelos incêndios são objeto de ações de reflorestação, sendo obrigatório a instalação de povoamentos mistos e, ainda, a adoção de medidas de silvicultura preventiva, com vista a reduzir o risco de incêndio, a expansão de pragas e doenças e as invasões biológicas;
- b) As espécies vegetais, a utilizar na reflorestação, são as referenciadas para a sub-região homogénea Arga-Coura, previstas no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho e listadas no Anexo II do presente regulamento.
- c) As operações de reflorestação têm de atender à especificidade das faixas ripícolas, devendo proceder à sua manutenção, ou renaturalização quando necessário.
- d) Os proprietários, autarquias e outras entidades que detenham a administração dos terrenos confinantes com as áreas florestais têm de adotar medidas preventivas de redução do risco de incêndio, de acordo com as disposições contidas na legislação vigente e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

3.3.5 Ação 5 - Acompanhamento e monitorização do PIER-NPPF

A monitorização inclui a observação e recolha sistemática de dados sobre o estado do ambiente ou sobre os efeitos ambientais das pedreiras e descrição periódica desses efeitos por meio de relatórios. Esta operação permitirá a avaliação e validação da eficácia das medidas de minimização dos impactos negativos previstos para alguns parâmetros ambientais, assim como a detetação da violação de limites estabelecidos na legislação ambiental em vigor, obter informação adicional que poderá ser utilizada posteriormente, quer na reavaliação dos impactos, quer na redefinição das medidas minimizadoras propostas.

Assim, com o acompanhamento permanente é possível proceder à avaliação contínua e realizar as adaptações necessárias, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos, bem como estabelecer uma forte articulação e colaboração entre as várias entidades e agentes.

É de relevar a importância, na fase de seguimento, do acompanhamento permanente da execução do PIER e da sua monitorização, sendo de destacar o papel da Câmara Municipal de Ponte de Lima no funcionamento do sistema de monitorização da execução do Plano.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido deverá acompanhar o processo de implementação do PIER, de forma a avaliar, através do apuramento dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados e detetar situações não previstas na AAE. Nesta fase é também importante assegurar o cumprimento das diretrizes de planeamento ou programação estabelecidas para cada FCD, destinadas a prevenir e reduzir os efeitos adversos e ponderar eventuais alterações de orientação estratégica.

O sistema de indicadores foi pensado e estruturado tendo por base os objetivos definidos para cada FCD, no quadro da AAE do PIER-NPPF. O quadro seguinte apresenta os Indicadores propostos por cada Critério de Avaliação, para apoiar a verificação do cumprimento dos objetivos ambientais no decorrer da implementação do PIER-NPPF.

Os resultados das ações de controlo serão atualizados com a periodicidade anual e divulgados pela Câmara Municipal de Ponte de Lima por meios eletrónicos e remetidos à APA, em conformidade com o previsto no artigo n.º 11, do DL n.º 232/2007, de 15 de junho.

No sentido de sistematizar e identificar as intervenções estratégicas, foram elaboradas fichas para cada ação que se encontrar em anexo (anexo 1).

Estes projectos são apresentados em fichas compostas pelos seguintes itens explicativos e de fundamentação:

- Descrição / objectivos específicos do projecto;
- Entidades a envolver;
- Estimativa do custo total do investimento;
- Programação temporal;
- Prioridade de execução;
- Programação dos investimentos;
- Fontes de financiamento.

Quadro n.º 1 – Indicadores a considerar na monitorização

CrITÉrio de avaliação	Indicador de avaliação	Unidade	Fontes de informação	Periodicidade
Emprego	Postos de trabalho criados e mantidos na região/município ligados ao setor	n.º % ativos	INE CMPL	Anual
Dinamização empresarial	Empresas ligadas ao setor no município/região (considerando a CAE)	n.º %	INE CMPL	Anual
	Empresas novas ligadas ao setor no município/região (considerando a CAE)	n.º %	INE CMPL	Anual
	Dimensão média das Empresas ligadas ao sector (considerando a CAE)	n.º trabalhadores	INE CMPL	Anual
Responsabilidade Ambiental	Mecanismos acionados no âmbito do Diploma da responsabilidade ambiental	n.º %	CMPL Empresas APA	Anual
	Empresas com SGA implementado (certificado ou não- ISO 14001 ou registo no EMAS)	n.º %	CMPL Empresas AIGPL	Anual
Usos do solo e Condicionantes legais	Situações detetadas de usos indevidos do solo	n.º m²	CMPL	Anual
	Classes de uso e sua relação com solos afetos por condicionantes legais	ha %	CMPL	Anual
	Área ocupada por edifícios em solo Rústico	m² %	CMPL	Anual
	Processos de licenciamento de atividades económicas aprovados	n.º	CMPL DRE-N	Anual
Infraestruturas e equipamentos	Extensão de infraestrutura viária melhorada/executada	m	CMPL Empresas	A definir
	Novas infraestruturas e equipamentos de apoio	n.º	CMPL	A definir
Recursos geológicos	Taxa de extração	t/ano	CMPL Empresas DRE-N	Anual
	Massa mineral aproveitada versus massa mineral extraída	%	CMPL Empresas DRE-N	Anual
Espécies da fauna e flora e biótopos florestais	Área florestada	ha	CMPL	Anual
	Árvores plantadas por espécie	n.º/espécie	CMPL Empresas	Anual
Solos	Superfície total com reposição de camada de terra viva	m² %	CMPL Empresas	Anual
	Área impermeabilizada	m² %	CMPL Empresas	Anual
Rede hidrográfica	Linhas de água intervencionadas	m	CMPL Empresas	Anual
	Utilização dos recursos hídricos	tipologia m³	CMPL Empresas APA	Anual
	Eficiência de utilização da água (água utilizada versus água captada)	%	CMPL Empresas	Anual
	Área recuperada	ha %	CMPL DRE-N	Anual
Paisagem	Cortinas arbóreo arbustivas instaladas	m	CMPL Empresas	Anual
Ruído	Níveis de ruído/Situações com valores acima de limite legal	dB n.º	CMPL Empresas	Anual
	Ações implementadas para minimizar poluição sonora	n.º/ano	CMPL Empresas	Anual

Critério de avaliação	Indicador de avaliação	Unidade	Fontes de informação	Periodicidade
(continuação)	Concentração de partículas em suspensão	ppm	CMPL Empresas APA	Semestral
Qualidade do ar	Ações implementadas para minimizar poluição atmosférica	n.º	CMPL Empresas	Anual
	Potencial de sequestro CO ₂	m ² de mancha florestal por espécie t CO ₂ /ano	CMPL Empresas	Anual
Energia	Consumo de combustíveis fósseis por unidade de exploração/transformação	tep/ano	CMPL Empresas AIGPL	Anual
	Consumo de energia elétrica por unidade de exploração/transformação	kWh/ano	CMPL Empresas AIGPL	Anual
Invasões biológicas	Área intervencionada com ocorrência de espécies vegetais invasoras	n.º m ²	CMPL Empresas AIGPL	Anual
Riscos de erosão	Área suscetível à erosão do solo	m ² %	CMPL	Anual
Qualidade da água	Concentração de Sólidos Suspensos Totais (SST)	mg/L	CMPL APA Empresas	Mensal
	Concentração de óleos e gorduras	mg/L	CMPL APA EMPRESAS	Mensal
	Concentração de Carência Química de Oxigénio (CQO)	mg/L O ₂	CMPL APA Empresas	Mensal
	Concentração de Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO ₅)	mg/L O ₂	CMPL APA Empresas	Mensal
	Situações de incumprimento de norma de descarga (denúncias/fiscalização)	n.º	CMPL APA Empresas	Anual
Saúde Humana	Pessoas sujeitas a níveis de ruído/poeiras acima dos limites legais	n.º pessoas /trabalhadores	CMPL Empresas ACT	Anual
Gestão de resíduos	Quantidade de resíduos produzidos por tipo	t/ano	CMPL APA Empresas	Anual
	Infraestruturas e equipamentos criados para separação/ armazenamento temporário e valorização de resíduos	n.º	CMPL Empresas DRE-N	Anual
Riscos naturais e tecnológicos	Risco de ocorrência de incêndios florestais	%	CMPL ICNF	Anual
	Área ardida	ha %	CMPL ICNF	Anual
	Risco de ocorrência de explosão	%	CMPL Empresas DRE-N	Anual
	Número de ocorrências de explosão	n.º	CMPL Empresas DRE-N	Anual
	Número de acidentes de trabalho	n.º	CMPL Empresas ACT	Anual

Abreviaturas:

CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas; SGA - Sistema de Gestão Ambiental; EMAS - Environmental Management and Audit Scheme; DRE-N – Direção Regional de Economia do Norte; ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; APA – Agência Portuguesa do Ambiente; CMPL – Câmara Municipal de Ponte de Lima; AIGPL – Associação dos Industriais de Granitos de Ponte de Lima; ACT – ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho.

4. Faseamento da execução das obras e estimativa de custos

A urgência de implementação das ações em causa e o seu encadeamento mais favorável conduziram ao escalonamento temporal agora proposto, o qual se concretiza no “Cronograma de faseamento das ações do Plano” que de seguida se apresenta, ressaltando-se desde já quaisquer posteriores alterações que, face à evolução da realidade concreta, sejam necessárias efectuar.

A calendarização efectuada permite estimar uma duração global de execução com cerca de 3 anos para a maior parte das ações. A monitorização prolongar-se-á no tempo de vida útil da atividade extrativa. A ação 3 será apenas implementada com a cessação da atividade extrativa (total ou parcial). Sendo interdependentes as várias ações do PIER-NPPF, o faseamento de execução é decorrente das suas características, não podendo por isso algumas das ações ter lugar sem a conclusão das precedentes.

O faseamento e prioridades das diferentes obras foi efectuado com base nos prazos abaixo descritos (quadro n.º 2).

Quadro n.º 2 - Cronograma de faseamento das ações do Plano

Ação	Designação da Ação	Ano				Prioridade
		1	2	3	(...)	
Ação 1	Elaboração do projeto de beneficiação da rede viária interna e execução da respetiva obra					1
Ação 2	Elaboração dos projetos de recuperação paisagística de passivos ambientais e execução da respetiva obra					1
Ação 3	Elaboração do projeto da SUBUOPG e execução da respetiva obra					3
Ação 4	Reflorestação de áreas percorridas por incêndios					2
Ação 5	Acompanhamento e monitorização do PIER-NPPF de acordo com a Declaração Ambiental					1

As ações que se executam nos primeiros 2 anos foram consideradas de prioridade máxima. As que acontecerão entre o segundo e terceiro ano de vigência foram assumidas de prioridade média. A monitorização/avaliação prolonga-se para além daquele período temporal, e ocorre em *continuum*, constituindo uma obrigação legal. Tanto o projeto como a obra para o *Memorial* das Pedras Finas apenas acontecerão após a cessação da atividade extrativa (total ou parcial), por isso a concretizar no longo prazo.

Foi realizada uma estimativa preliminar de custos das ações propostas (quadro n.º 3).

Este quadro é um documento provisório, em relação ao qual é necessário afinar os valores das estimativas de custo, o que só poderá ser feito com rigor com os Projetos de Execução relativos às operações em causa.

Quadro n.º 3 - Estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas no plano

Ação		Total (€)
Ação 1	Elaboração do projeto de beneficiação da rede viária interna e execução da respetiva obra	400 000,00
Ação 2	Elaboração dos projetos de recuperação paisagística de passivos ambientais e execução da respetiva obra	200 000,00
Ação 3	Elaboração do projeto da SUBUOPG e execução da respetiva obra	250 000,00
Ação 4	Reflorestação de áreas percorridas por incêndios	100 000,00
Ação 5	Acompanhamento e monitorização do PIER-NPPF de acordo com a Declaração Ambiental	25 000,00
Total		975 000,00

5. Meios, responsabilidades e demais agentes a envolver

Com vista a programar a execução das intervenções definem-se quer os meios, quer os sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução e dos demais agentes a envolver na implementação das ações.

A responsabilidade na execução das ações é atribuída fundamentalmente à CMPL e Juntas de freguesia envolvidas, com base nas competências atribuídas às autarquias locais. A sua execução poderá ainda envolver o setor empresarial local, designadamente as Empresas do setor extrativo e AIGPL – Associação dos Industriais de Granitos de Ponte de Lima, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades referidas. Esta opção permite imputar parte das responsabilidades inerentes da execução à(s) entidade(s) que directamente beneficiam da implementação do Plano.

O quadro seguinte sistematiza as entidades a envolver na execução de cada ação.

Quadro n.º 4 – Ações e entidades a envolver na implementação das ações

Ação	Câmara Municipal	Junta de freguesia	Empresas do setor/AIGPL	Outras entidades
Ação 1	√ (1)	√	√	
Ação 2	√	√ (1)		
Ação 3	√ (1)	√	√	
Ação 4	√	√ (1)		√ (4)
Ação 5	√ (1) (2)	√	√	√ (3)

Abreviaturas:

AIGPL – Associação dos Industriais de Granitos de Ponte de Lima.

Notas:

(1) Entidade responsável pelo financiamento da execução da ação.

(2) De acordo com Declaração Ambiental.

(3) As referidas no quadro 1 deste relatório.

(4) Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

6. Programação financeira

Esta secção apresenta o cronograma dos investimentos, tendo em consideração os custos estimados para as ações e planeia os investimentos a médio e longo prazo, de forma a garantir maior sustentabilidade económico-financeira às propostas contidas no PIER-NPPF.

Para além do Orçamento da Câmara Municipal de Ponte de Lima e junta de freguesia de Arcozelo, são previstas ainda outras fontes de financiamento no âmbito do quadro de aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2014-2020, consubstanciado no Programa Portugal 2020, e que tem a sua estruturação operacional sistematizada através da criação de Programas Operacionais (no Continente e por Regiões) a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial, identificando-se de seguida, em função dos objetivos e tipologias dos projetos, os eixos prioritários a que estes serão candidatáveis.

Considerando os objetivos estratégicos das intervenções definidos pelo Plano, assim como as especificidades dos vários projetos do Portugal 2020, procedeu-se à análise dos seguintes programas operacionais:

1. Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)

Este programa pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos. Entre os eixos essenciais do POSEUR, destacamos: “- *Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos*”. Neste âmbito insere-se o Eixo prioritário 3 – 15 - «*Recuperação de passivos ambientais*» - «*Projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas afetadas à indústria extrativa*».

2. Programa Operacional Regional do Norte, para o período 2014-2020 (POR-NORTE2020)

Inclui, entre outros eixos estratégicos, os seguintes que merecem destaque neste âmbito:

- EP4 - Qualidade Ambiental (016), o qual tem vários objetivos temáticos/prioritários, salientando-se:

- a) 06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos;
- b) 6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;
- c) 6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

3. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)

A operação contempla os seguintes objetivos, entre outros:

- a) Restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos;
- b) Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, em áreas identificadas pelas entidades competentes.

O apoio financeiro é atribuído em situações de “Restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos (...) auxiliando na implementação de “ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, contaminação/assoreamento das linhas de água e de diminuição da biodiversidade, em áreas identificadas pelas entidades competentes”, assim como na elaboração de “Planos de Gestão Florestal ou de instrumento equivalente para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas”.

Após a análise da estrutura de cada eixo /programa comunitário, foram identificadas as intervenções que poderão ser apoiadas, enquadradas nas medidas que melhor se adequam aos projetos em causa. Salienta-se que alguns projetos poderão ser enquadrados em mais do que uma medida de apoio.

Quadro n.º 5 – Origem do financiamento para a na execução das ações

Ação	Fundos comunitários	Orçamento municipal	Orçamento Junta de Freguesia	Setor empresarial
Ação 1		√	√ (1)	√ (2)
Ação 2	√ (3)	√	√	√ (2)
Ação 3		√	√	
Ação 4	√ (4)	√	√	
Ação 5		√	√	

Notas:

- (1) Junta de Freguesia de Arcozelo/ receitas de baldios.
- (2) Mediante protocolo de colaboração a celebrar .
- (3) Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) Eixo prioritário 3 – 15 - «Recuperação de passivos ambientais» - «Projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas afetadas à indústria extrativa», ou Programa operacional Região Continente (POR-Norte EP 4 – Qualidade Ambiental - 6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar (...) zonas industriais abandonadas (...).
- (4) Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) - Operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais».

O quadro seguinte refere-se ao cronograma da programação financeira.

Quadro n.º 6 - Programação Financeira

Ação	Ano				Total (euros)
	1	2	3	seguintes	
Ação 1	400 000,00				400 000,00
Ação 2		100 000,00	100 000,00		200 000,00
Ação 3				250 000,00	250 000,00
Ação 4		50 000,00	50 000,00		100 000,00
Ação 5		25 000,00			25 000,00
Total					975 000,00

Estes elementos pretendem ser uma orientação que poderá apoiar o município no seu plano de atividades e funcionar como recurso fundamental para candidaturas a apoios e financiamentos comunitários.

Anexo 1

Fichas síntese da programação e financiamento das ações previstas

Ação 1	Elaboração do projeto de beneficiação da rede viária interna e execução da respetiva obra
Objetivos estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a acessibilidade interna; • Diminuir a emissão de poeiras; • Promover a segurança da circulação de veículos e peões; • Beneficiar as condições de drenagem da via e áreas adjacentes; • Garantir a integração paisagística das vias.
Linhas programáticas	<ul style="list-style-type: none"> • O traçado seja adaptado à topografia do terreno, não podendo implicar operações de aterro ou escavação de dimensão relevante; • As características geométricas das vias deverão ser compatíveis com a velocidade base de 40 km/h; • A largura máxima da plataforma, incluindo berma e drenagem seja de 6 m para a via interna principal; • Zonas de cruzamento espaçadas regularmente e em zonas de boa visibilidade; • Seja utilizado pavimento obrigatoriamente rígido, permeável ou semi-permeável; • O pavimento deve ser dimensionado para tráfego das classes T6 e T7; • Seja respeitada a drenagem natural do terreno; • A drenagem da plataforma deverá ser assegurada pelas inclinações transversal e longitudinal da via com escoamento das águas para os contornos, incluindo sistema de recolha dessas águas, e dispositivos de drenagem transversal e adjacente, designadamente passagens hidráulicas quando necessário; • Seja garantido o seu enquadramento ambiental e paisagístico; • As inclinações adotadas para os taludes de escavação deverão ser de 2:3 (V/H).
Entidades participantes	Câmara Municipal de Ponte de Lima/Juntas de freguesia; Empresas do setor
Financiamento	Orçamento municipal /cooperação com Empresas do setor
Prioridade	1
Data prevista de execução	1.º ano após aprovação do PIER
Estimativa de custo	400 000,00€

Ação 2	Elaboração dos projetos de recuperação paisagística de passivos ambientais e execução da respetiva obra
Objetivos estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • Restabelecer as condições naturais para o correto funcionamento do sistema de drenagem de águas superficiais; • Criar condições de estabilidade do substrato físico e a minimização da erosão superficial; • Garantir a reposição da camada de solo fértil; • Assegurar a mais rápida reconstituição do coberto vegetal; • Estabelecer continuidade física das áreas recuperadas com a envolvente florestal; • Acautelar condições de segurança e riscos naturais e tecnológicos.
Linhas programáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Colocação de uma camada de solo fértil, após a operação de modelação do terreno em toda a área; • A cobertura dos solos tem de ser efetuada com recurso à aplicação de um revestimento herbáceo-arbustivo, por sementeira, constituído por uma mistura de sementes de espécies resistentes e adaptadas às condições edafoclimáticas, e que comprovadamente resultem em situações de revegetação natural de zonas com riscos de erosão; • No revestimento vegetal importa integrar medidas de silvicultura preventiva, que ajudem a prevenir e combater os incêndios, a expansão de pragas e doenças e as invasões biológicas; • As espécies arbóreas e arbustivas utilizar têm que ser selecionadas entre as que constam no Anexo II do regulamento do PIER; • No momento em que as árvores são plantadas, o calibre mínimo das árvores é 10 cm, definido pelo perímetro à altura do peito (PAP) e a altura mínima dos arbustos é de 1,50 m; • Os exemplares a plantar têm de apresentar um sistema radicular bem desenvolvido, bom estado sanitário e possuir um desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem; • A plantação deverá ser efetuada, através de abertura mecânica ou manual, com covas de cujo volume mínimo é 1 m³ e o enchimento das covas tem de ser efetuado com terra vegetal fértil; • Deve ser assegurado no desenvolvimento do projeto e respetiva empreitada um período de garantia pós-obra, que imponha a retancha, sempre que se verifique a morte de exemplares plantados; • Utilização de resíduos inertes que não sejam resíduos de extração para encher vazios de escavação só pode ter lugar se previsto no âmbito do Projeto de Execução, que terá de ser aprovado pelas entidades competentes.
Entidades participantes	Câmara Municipal de Ponte de Lima/Juntas de Freguesia
Financiamento	Orçamento municipal/fundos comunitários
Prioridade	1
Data prevista de execução	1.º e 2.º ano após aprovação do PIER
Estimativa de custo	200 000,00€

Ação 3	Elaboração do projeto da SUBUOPG e execução da respetiva obra
Objetivos estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• Divulgar o legado cultural e a memória das atividades extrativas, as quais denotam um impacto evidente na história local;• Divulgar e sensibilizar para a importância da exploração sustentável dos recursos geológicos;• Sensibilizar para a importância do restauro ecológico das áreas sujeitas à extração de inertes;• Promover a imagem e valorização da cadeia de valor da fileira extrativa.
Linhas programáticas	<ul style="list-style-type: none">• A construção de um espaço exterior constituindo um <i>Memorial</i>;• Criação de percurso temático;• Inclui a rede viária e os espaços de estacionamento e ainda a ligação aos sistemas de infraestruturas gerais.
Entidades participantes	Câmara Municipal de Ponte de Lima / Juntas de Freguesia; AIGPL
Financiamento	Orçamento municipal
Prioridade	3
Data prevista execução	Após cessação da atividade (total ou parcial)
Estimativa de custo	250 000,00€

Ação 4	Reflorestação de áreas percorridas por incêndios
Objetivos estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • Restabelecimento dos povoamentos florestais afetados por incêndios; • Execução de ações de estabilização de emergência pós incêndio, visando a minimização de risco de erosão em áreas identificadas no PMDFCI.
Linhas programáticas	<p>A intervenção nestas é justificada pela elevada suscetibilidade de erosão hídrica do solo presente, associada à elevada probabilidade de ocorrência de incêndios nesses locais. Uma das áreas identificadas como prioritárias neste âmbito é o “Monte de Antelas”, tal como referido no PMDFCI em vigor, que designa a área por zonas de “estabilização de emergência”.</p> <p>A operação de reflorestação deve prosseguir tendo em consideração as orientações estratégicas definidas pela entidade competente na matéria, tal como previsto na alínea a) do n.º 8 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 17/2004 e cumulativamente com o previsto no regulamento do PIER, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As áreas percorridas pelos incêndios são objeto de ações de reflorestação, sendo obrigatório a instalação de povoamentos mistos e, ainda, a adoção de medidas de silvicultura preventiva, com vista a reduzir o risco de incêndio, a expansão de pragas e doenças e as invasões biológicas; • As espécies vegetais, a utilizar na reflorestação, são as referenciadas para a sub-região homogénea Arga-Coura, previstas no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho e listadas no Anexo II do presente regulamento; • As operações de reflorestação têm de atender à especificidade das faixas ripícolas, devendo proceder à sua manutenção, ou renaturalização quando necessário; • Os proprietários, autarquias e outras entidades que detenham a administração dos terrenos confinantes com as áreas florestais têm de adotar medidas preventivas de redução do risco de incêndio, de acordo com as disposições contidas na legislação vigente e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.
Entidades participantes	Câmara Municipal de Ponte de Lima/Juntas de Freguesia; ICNF
Financiamento	Orçamento municipal; fundos comunitários
Prioridade	2
Data prevista execução	2.º e 3.º ano após aprovação do PIER
Estimativa de custo	100 000,00€

Ação 5	Acompanhamento e monitorização do PIER-NPPF
Objetivos estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do PIER-NPPF; • Identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos que possam surgir. • Cumprir o estabelecido no artigo 11.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho e RJIGT em vigor.
Linhas programáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Observação e recolha sistemática de dados sobre o estado do ambiente ou sobre os efeitos ambientais das pedreiras e descrição periódica desses efeitos por meio de relatórios, com base em indicadores definidos; • Elaboração de relatórios de avaliação da eficácia da aplicação do Plano: avaliação do cumprimento das diretrizes de planeamento ou programação estabelecidas para cada FCD; detetação de situações não previstas na AAE; deteção da violação de limites estabelecidos na legislação ambiental em vigor; • Proposta de adaptações necessárias, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos/Redefinição das medidas minimizadoras propostas. • Atualização dos resultados das ações de controlo com a periodicidade anual; • Divulgação dos resultados da monitorização, pela Câmara Municipal de Ponte de Lima, por meios eletrónicos e remetidos à APA, em conformidade com o previsto no artigo n.º 11, do DL n.º 232/2007, de 15 de junho.
Entidades participantes	Câmara Municipal de Ponte de Lima/ Juntas de Freguesia; AIGPL/Empresas do setor; outras entidades
Financiamento	Orçamento municipal
Prioridade	1
Data prevista execução	Durante a implementação do Plano
Estimativa de custo	25 000,00€

Anexo 2

Síntese das consequências da aplicação dos diplomas legais, nas parcelas afetas às atividades extrativas

1. SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

1.1 Enquadramento Legal

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redação atual - Medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

1.2 Requisitos para instrução de processos de licenciamento

No âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi garantida uma **Faixa de Gestão de Combustíveis (FGC) de 100 m** (ver peças desenhadas complementares do Plano) na UOPG, em torno da área concessionada, em consonância com o previsto no ponto 8 do Artigo 16.º da Lei n.º 76/20217, de 17 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 27/2017, de 2 de outubro.

É igualmente obrigatório o cumprimento das disposições constantes do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Ponte de Lima em vigor.

A gestão de combustível nos terrenos inseridos nesta faixa de protecção compete à respectiva entidade gestora. A supressão do material combustível existente nesta faixa (anualmente) deverá ser efetuada conforme Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível, definidos no Anexo a que refere o artigo 2.º da Lei n.º 76/20217, de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro. Passa-se a citar:

“I. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível, envolventes aos edifícios (...), aplicam -se os seguintes critérios:

a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

(...)

III. Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

1 — As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

(...)

3 — Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

4 — Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

(...)

V. A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excepcionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos

mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodó ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.»

Complementarmente, importa tomar medidas de segurança, durante a fase de exploração, de modo a que a manobra de viaturas e o manuseamento de determinados equipamentos e outras intervenções relacionadas com a atividade extrativa não venham a estar na origem de focos de incêndio. Destacando-se:

- As novas edificações (anexos de pedreira) devem também garantir a adopção de medidas especiais relativas à resistência do edifício, à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos (art.º 16.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 124/2006);
- Remover de modo controlado todos os despojos das ações de desmatização, desflorestação, corte ou decote de árvores, cumpridas que sejam as disposições legais que regulam esta matéria. Estas ações deverão ser realizadas fora do período crítico de incêndios florestais e utilizando mecanismos adequados à retenção de eventuais faíscas;
- Nas redes de FGC, é interdito o depósito de madeiras, o depósito de outros produtos resultantes de exploração florestal ou de outros materiais de origem vegetal, bem como o depósito de produtos altamente inflamáveis (art. 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2006);
- Equipar os veículos de transporte e as máquinas com dispositivos de segurança suplementares (art.º 30.º, Lei n.º 76/20217, de 17 de agosto);
- Prestar atenção à possibilidade de armazenamento de matérias perigosas no espaço físico da exploração, nomeadamente matérias explosivas, devendo ser assegurado o cumprimento das normas de segurança respeitantes. Os locais de armazenamento deverão estar devidamente assinalados e compartimentados, com vista a evitar situações de derrame, explosão ou incêndio;
- Assegurar o cumprimento do Decreto-Lei nº. 139/2002, de 17 de maio, no que diz respeito ao armazenamento produtos explosivos em pedreiras e minas.

2. REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO DE POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS

2.1 Enquadramento Legal

Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual – Áreas Ardidas/Povoamentos florestais percorridos por Incêndios.

2.2 Requisitos para instrução de processos de licenciamento

Relativamente a áreas percorridas por incêndio, deverá verificar-se a aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de março, designadamente a proibição, pelo prazo de 10 anos, de várias ações nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, em áreas não classificadas como solos urbanos por PMOT (alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 1º do diploma citado).

As ações proibidas, conforme art.º 1.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 327/90, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de março, são:

- A realização de obras de construção de quaisquer edificações;
- O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacto ambiental negativo;
- A substituição de espécies florestais por outras, técnica e ecologicamente desadequadas;
- O lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico ou quaisquer outros efluentes líquidos poluentes;
- O campismo fora de locais destinados a esse fim.

Em áreas não abrangidas por PMOT, ficam igualmente proibidas, durante o mesmo prazo, as seguintes ações (art.º 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 327/90):

- A realização de operações de loteamento;
- A realização de obras de urbanização;
- A realização de obras de reconstrução ou de ampliação das edificações existentes.

A proibição pode ser levantada, nos termos do n.º 5 e 6 do art. 1º, do Decreto referido atrás, por despacho conjunto dos ministros responsáveis, a requerimento dos interessados ou da respetiva Câmara Municipal, apresentado no prazo de um ano após a data da ocorrência do incêndio. Tratando-se de uma ação de interesse público ou de um empreendimento com relevante interesse geral, como tal reconhecido por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e da agricultura e do membro do Governo competente em razão da matéria, o levantamento das proibições opera por efeito desse reconhecimento, o qual pode ser requerido a todo o tempo.

3. REGIME FLORESTAL

3.1 Enquadramento Legal

Decretos de 24 de dezembro de 1901, de 24 de dezembro de 1903 e de 11 de julho de 1905 – Regime Florestal (RF);

Decreto n.º 39764, de 16 de agosto de 1954 (D.G. n.º 179, I série, de 07 de março) - Perímetro Florestal (PF) da Serra de Arga.

3.2 Requisitos para instrução de processos de licenciamento

O Regime Florestal compreende “*o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo (...)*”(1.3.6, página 1/3, do Regime Florestal).

Parte da área do PIER encontra-se submetida ao Regime Florestal, incluída no Perímetro Florestal da Serra d'Arga. A submissão destes terrenos baldios ao Regime Florestal remonta a meados do século anterior, por via do Decreto n.º 39 764, de 18 de agosto de 1954, publicado no Diário do Governo, 1.ª série, n.º 179.

De acordo com o ICNF, a atividade extrativa considera-se compatível com o RF, não havendo lugar a desafetação. A área em causa não perderá a natureza de Baldio nem será desafectada do Regime Florestal, acautelando o PARP a reconstituição dos terrenos para finalidades compatíveis com o Regime Florestal.

A proposta de regulamento do PIER define, para a fase pós exploração/recuperação, a obrigatoriedade de reconversão para o uso florestal. Define as condições para a elaboração dos PARP e em particular do modo de efetuar a operação de reflorestação. Inclui ainda a obrigatoriedade de demolição de todas as edificações - anexos de pedreira, entre outras medidas.

A desmatagem e o corte de árvores deverão ser limitados à área essencial para reduzir impactes negativos, devendo proceder-se sempre que possível apenas a corte parcial da vegetação, evitando a abertura de espaços que potenciam a expansão de espécies exóticas invasoras.

4. BALDIOS

4.1 Enquadramento Legal

Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto - Regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários (revoga a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro)

4.2 Requisitos para instrução de processos de licenciamento

Conforme Lei n.º 75/2017 de 17 de agosto, *“Os baldios são terrenos com as suas partes e equipamentos integrantes, possuídos e geridos por comunidades locais, nomeadamente os que se encontrem nas seguintes condições:*

- a) Terrenos considerados baldios e como tais possuídos e geridos por comunidade local, mesmo que ocasionalmente não estejam a ser objeto, no todo ou em parte, de aproveitamento pelos compartes, ou careçam de órgãos de gestão regularmente constituídos;*
- b) Terrenos considerados baldios e como tais possuídos e geridos por comunidade local, os quais, tendo anteriormente sido usados e fruídos como baldios, foram submetidos ao regime florestal ou de reserva não aproveitada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 27207, de 16 de novembro de 1936, e da Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954, e ainda não devolvidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de janeiro;*
- c) Terrenos baldios objeto de apossamento por particulares, ainda que transmitidos posteriormente, aos quais sejam ainda aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 40/76, de 19 de janeiro;*
- d) Terrenos passíveis de uso e fruição por comunidade local que tenham sido licitamente adquiridos por uma tal comunidade e afetados ao logradouro comum da mesma”.*

Os baldios abrangidos pelo PIER encontram-se submetidos ao Regime Florestal Parcial, na modalidade de co-gestão entre o ICNF e a Junta de Freguesia, no caso de Arcozelo e em gestão exclusiva dos compartes no caso de Moreira do Lima, pertencente à atual União das Freguesias de Moreira do Lima e Cabração.

Em síntese, do ponto de vista da gestão, os terrenos compreendidos implicam:

- Arcozelo - em regime de associação com o Estado (co-gestão entre o ICNF e a Junta de Freguesia);
- Moreira do Lima, pertencente à atual União das Freguesias de Moreira do Lima e Cabração – em regime de gestão exclusiva dos compartes.

Em consequência, a verificação da conformidade com a Lei dos Baldios, relativamente a esta última freguesia, não é da competência do ICNF.

O desenvolvimento da atividade extrativa nas parcelas não implica nunca a perda da natureza de Baldio nem será desafectada do Regime Florestal.

Devido ao facto de parte das parcelas destinadas à extração se situarem em terrenos baldios, sujeitos a Regime Florestal Parcial, sob a gestão da ICNF, sublinha-se a necessidade de obtenção da autorização para o desenvolvimento desta atividade – processos de licenciamento - da Assembleia de Compartes da Freguesia de Arcozelo, nos termos do estabelecido na legislação aplicável. Para a legalidade das intervenções, deve-se ainda, em termos de silvicultura, cumprir todas as medidas que constam do “plano de utilização”, que define os encargos e acordos específicos entre entidades, aprovados pela assembleia de compartes correspondente. É à Assembleia de Compartes que compete *“Deliberar sobre a alienação ou a cessão de exploração de direitos sobre baldios”*, nos termos do disposto na lei aplicável.

Assim, no âmbito dos processos de licenciamento, importa fazer prova do Contrato de cessão de exploração. Contrato celebrado na sequência de autorização pela Assembleia de Compartes, pelo qual é cedido a terceiros temporária e onerosamente o direito a explorar potencialidades económicas de imóvel comunitário, ou de parte dele, ou o direito a exploração já nele existente. O Contrato de cessão de exploração está sujeito a forma escrita, dele devendo obrigatoriamente constar:

- a) A identificação dos outorgantes;
- b) A identificação matricial do imóvel comunitário;
- c) A implantação cartográfica do imóvel, se for baldio;
- d) A área cedida para exploração, se for de parte do imóvel, devendo neste caso ser feita a identificação dessa parte nos termos das alíneas anteriores;
- e) Os equipamentos a instalar;
- f) O preço a pagar e respetivas atualizações;
- g) O prazo ou prazos de pagamento;
- h) O modo de pagamento;
- i) O prazo da cessão;
- j) Uma cópia da ata da assembleia de compartes onde a cessão de exploração é aprovada.

Na Acta da Assembleia de Compartes referida deve ser explícita a questão do(s) arrendamento(s) da(s) pedreira(s), a menção à Pedreira (designação em termos de licenciamento) e à Empresa titular, em concordância com a declaração da Junta de Freguesia, e que ateste a concordância/deliberação da Assembleia de Compartes quanto ao arrendamento.

Devidamente assinadas pela respetiva mesa, no que se refere à assembleia de compartes, e pelos respetivos membros, no que se refere aos restantes órgãos.